

## O ABSOLUTISMO

### META

Apresentar em seus aspectos básicos o regime de governo conhecido como Absolutismo.

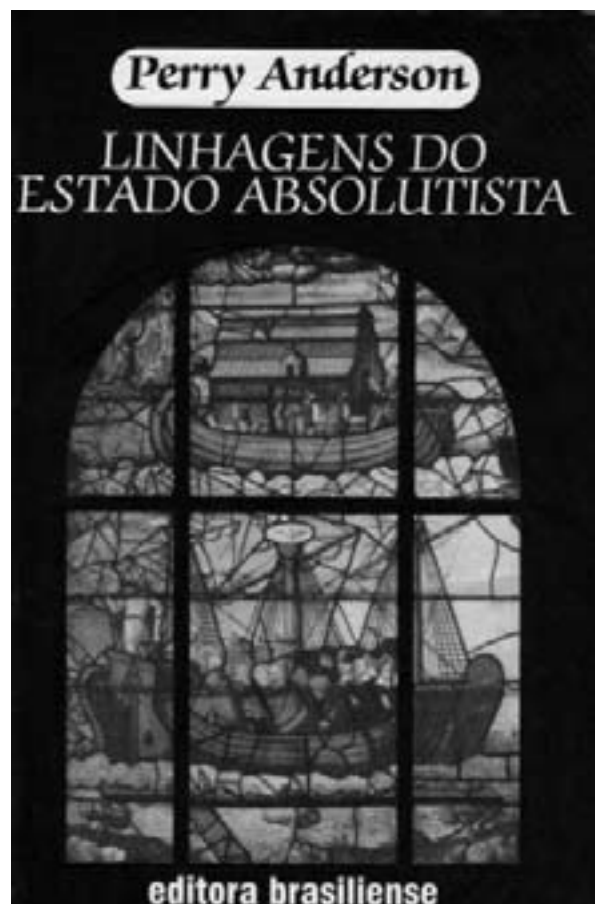
### OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- apresentar os traços gerais do Absolutismo, seus principais teóricos e as motivações para sua formulação;
- exemplificar o regime absolutista a partir da figura de Luís XIV;
- oferecer informações pontuais sobre o mercantilismo, caracterizando-o como uma prática econômica típica dos regimes absolutistas.
- identificar os principais traços que caracterizam o absolutismo;
- apreender a importância do governo de Luís XIV e do significado de suas práticas como modelos para outros soberanos absolutistas;
- reconhecer características básicas do mercantilismo.

### PRÉ-REQUISITOS

Leituras do capítulo anterior. Informações sobre os Estados Nacionais.



Capa de edição brasileira do livro *Linhagens do Estado absolutista*, do historiador Perry Anderson.  
(Fonte: <http://www.livrariamarxista.com.br>)

### INTRODUÇÃO



**Perry  
Anderson**

Nascido em Londres, em 1938, historiador de formação política densa, contribuiu como editor da *New Left Review*, principal periódico da esquerda britânica.

Diante de tantas transformações sofridas pela Europa desde fins da Idade Média, qual teria sido o resultado político disto tudo? Segundo o historiador britânico **Perry Anderson**, foi a emergência do Absolutismo no século XVI. Absolutismo foi um termo cunhado na primeira metade do século XVIII para indicar toda doutrina que defende o “poder absoluto” ou a “soberania absoluta” do Estado. Neste sistema de governo, o poder estatal é exercido sem limitações ou restrições (ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 2).

Vários países da Europa viveram a experiência de governos absolutistas. Cada um, evidentemente, apresentou certas particularidades. É possível, mesmo assim, traçar marcas comuns a todos eles. Podemos dizer, por exemplo, que o Absolutismo é um sistema de governo em que o governante se investe de poderes absolutos, sem limite algum, exercendo de fato e de direito os atributos da soberania. O governante é simultaneamente o supremo legislador, administrador e o juiz. Confunde-se com as noções de dominação e tirania (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 17). Todavia, há exagero na afirmativa. Nenhum governante absolutista jamais deteve tão amplo poder.

Mas como isto se deu? Como o Absolutismo se constituiu? Ao final do Medievo, ficou evidente que a existência de um rei forte era imprescindível, pois só ele poderia romper certas práticas feudais – moedas cunhadas diferentemente, impostos cobrados a cada canto, atrapalhavam o bom andamento dos negócios. Também não havia muitas rotas seguras e as surpresas nos caminhos poderiam ficar a cargo de um senhor de terras mais sagaz ou mesmo de saqueadores. Por isto, visando ao seu próprio bem, os burgueses auxiliaram o rei. Deram-lhe exércitos profissionais, arranjaram-lhe funcionários, estabeleceram uma estrutura jurídica mais eficiente. Os reis passaram então a colocar em funcionamento direitos que possuíam, mas não exerciam (como a suserania, por exemplo). Com este rei dotado de um corpo militar e burocrático, senhor de um vasto território e de sua gente, desenhou-se de fato o Estado Moderno em sua forma clássica.

### O ESTADO ABSOLUTISTA NO OCIDENTE

Justamente por esta aliança ocasional, costumeiramente é possível identificar abordagens que apresentam o Absolutismo como um mecanismo de equilíbrio político entre a nobreza e a burguesia. Nesse sentido, o Absolutismo desliza para sua designação implícita ou explícita fundamentalmente como um tipo de Estado burguês.

Perry Anderson destaca que as análises marxistas debatem até hoje a natureza social do Estado absolutista, introduzindo-o na discussão sobre a passagem do feudalismo ao capitalismo. Nesta ótica, os elementos do Absolutismo são considerados capitalistas. Porém, o autor demonstra que o fim da servidão não significou aí o desaparecimento das relações feudais no campo. Enquanto a propriedade agrária aristocrática impedia o mercado livre na terra, a mobilidade social e as relações de produção rurais permaneciam feudais.

Durante a Idade Moderna a classe dominante era a mesma do Medievo: a aristocracia feudal. Essa nobreza passou por profundas metamorfoses nos séculos que se seguiram ao fim da Idade Média, mas nunca foi desalojada do domínio do poder político com o absolutismo. Veremos que em países como a Inglaterra esta situação perdurará até o século XVII, provocando a chamada Revolução Gloriosa.

## ENTENDENDO O ABSOLUTISMO

O absolutismo funcionou como um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado. Um dispositivo que esperava sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional. Ou seja, ele nunca foi um árbitro entre a aristocracia e a burguesia, e menos ainda um instrumento da burguesia nascente contra a aristocracia: ele era a nova carapaça política de uma nobreza atemorizada.

O poder de classe dos senhores feudais estava diretamente em risco com o desaparecimento gradual da servidão. O resultado disso foi o deslocamento da coerção político-legal no sentido ascendente, em direção a uma cúpula centralizada e militarizada: o Estado absolutista. Diluída no nível da aldeia, ela tornou-se concentrada no nível “nacional”.

Isto resultou num aparelho reforçado de poder real, cuja função política permanente era a repressão das massas camponesas e plebeias na base da hierarquia social. Entretanto, esta nova máquina política foi também, por sua própria natureza, dotada de uma força de coerção capaz de vergar ou disciplinar indivíduos ou grupos dentro da própria nobreza.

O Estado absolutista mantinha uma sociedade hierarquizada, na qual a nobreza permanecia dona de certas regalias. Por outro lado, o Absolutismo nunca foi, para a própria classe dominante, um suave processo de evolução: ele foi marcado por rupturas e conflitos extremamente agudos no interior da aristocracia feudal, cujos interesses coletivos, em última análise o regime deveria servir. Em poucas palavras, podemos afirmar que os Estados monárquicos da Renascença foram em primeiro lugar e acima de tudo instrumentos modernizados para a manutenção do domínio da nobreza sobre as massas rurais.

### O NACIONALISMO

#### Diplomacia

Foi uma das grandes invenções institucionais da época. Significou a indelével marca de nascença do Estado renascentista: com o seu surgimento, nasceu na Europa um sistema político internacional, no qual havia uma perpétua “sondagem dos pontos fracos do meio ambiente de um Estado ou dos perigos provenientes de outros Estados”. Através da diplomacia, as novas monarquias centralizadas produziram, pela primeira vez, um sistema formalizado de pressão e intercâmbio entre Estados, com o estabelecimento das novas instituições das embaixadas fixas e recíprocas no exterior, chancelarias permanentes, relatórios diplomáticos.

Os Estados absolutistas não desenhavam a mobilização dos sentimentos patrióticos em seus súditos, nos conflitos políticos e militares que a todo o momento opunham reciprocamente os vários reinos da Europa Ocidental. O nacionalismo aqui presente era aparente. A instância última da legitimidade era a dinastia, não o território. O Estado era concebido como o patrimônio do monarca. O soberano era o próprio país.

O Estado absolutista se mostra personificado no rei. Ele acumula funções, desafia a Igreja, retira dela atribuições. Os reis, fortalecidos, avançam sobre seus territórios, pacificam-os. Utilizam a **diplomacia**, dividem e conquistam territórios.

### ABSOLUTISMO E BURGUESIA

O paradoxo do absolutismo ocidental era que ele representava fundamentalmente um aparelho para a proteção da propriedade e dos privilégios aristocráticos, embora, ao mesmo tempo, os meios através dos quais tal proteção era promovida pudessem simultaneamente assegurar os interesses básicos das classes mercantis e manufatureiras emergentes.

De certa forma, havia um campo de compatibilidade potencial, nesta fase, entre a natureza e o programa do Estado absolutista e as operações do capital mercantil e manufatureiro. A nobreza podia confiar o poder à monarquia e permitir o enriquecimento da burguesia: as massas estariam ainda à sua mercê. O domínio do Estado absolutista era o da nobreza feudal, na época de transição para o capitalismo.

A existência de colônias na América contribuiu para o fortalecimento do Absolutismo em muitos países. As riquezas oriundas das novas terras eram providenciais na manutenção dos exércitos.

### O ABSOLUTISMO E SUAS BASES TEÓRICAS

O absolutismo teve seus ideólogos. Entre eles, **Thomas Hobbes** (1588-1679), **Jean Bodin** (1530-1596), **Jacques Bossuet** (1627-1704), foram fundamentais. O que propunham tais pensadores? Ora, os escritos de nomes como estes ajudaram a consolidar, por exemplo, a ideia da necessidade do estabelecimento de um “contrato social”, único procedimento viável para evitar o caos social, a renúncia a alguns dos direitos individuais em favor de um soberano, capaz de organizar a sociedade (Hobbes); a importância em concentrar o poder totalmente nas mãos do governante, pois só há poder soberano quando o povo se despoja do seu poder e o transfere inteiramente ao governante. Este poder conferido é um reflexo do próprio poder divino e, em última análise, isto justifica a obediência

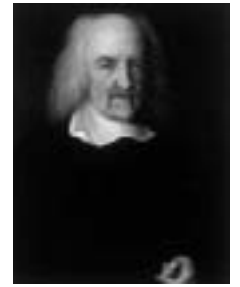


Jacques Bénigne Bossuet nasceu em Dijon, na França. Foi educado em colégio jesuíta. Tornou-se padre e doutor em teologia. Viveu na corte de Luís XIV como seu tutor, cultivando a amizade do Rei Sol. Deixou a corte em 1681, ao se tornar bispo. Escreveu para Luís XIV o livro *Discurso sobre a História Universal* (1681). Autor da obra *Política segundo as Sagradas Escrituras* (1701).  
(Fonte: <http://www.abbaye-saint-benoit.ch>).

que os súditos devem ao seu soberano (Bodin); a teoria do direito divino, que afirmava basicamente serem os poderes monárquicos concedidos por Deus, justificando a autoridade sem limites e invalidando o questionamento às determinações reais (Bossuet). Bossuet foi, inclusive, tutor do filho mais velho de Luís XIII, o Delfim, o Primogênito da França (Premier Fils de France), fora educado por um teórico do Absolutismo. Ao ser coroado Luís XIV, o jovem soberano começou a mostrar que havia aprendido as lições.

## LUÍS XIV – O REI SOL

O reinado de Luís XIV (1661-1715) apresentou ao mundo provavelmente a melhor versão de um governo absolutista. Nele a teoria do direito divino era aplicada, assim como havia uma profunda sintonia entre o soberano e o Estado. A conhecida afirmação “O Estado sou eu” (*L'état c'est moi*), atribuída a Luís, insinua esta intensa identificação. Porém, vale lembrar que o próprio rei demonstrava conhecer sua função *enquanto* representante de uma dinastia, de um país. Luís XIV tinha ciência de que, como ser humano, estava destinado à morte, mas acreditava na manutenção da monarquia da França.



Thomas Hobbes

Filósofo inglês, nasceu em Westport. Afirmou que a primeira lei natural da humanidade é “guerra de todos contra todos”. Defendeu o estabelecimento de um contrato social, capaz de dotar o soberano de amplo poder e evitar o caos social no qual “o homem é lobo do homem”. O homem é um ser belicoso para Hobbes. A sua obra mais conhecida é *O Leviatã* (1651).



### Jean Bodin

Nasceu em Angers, França. Foi filósofo e magistrado. Estudou na Universidade de Toulouse, da qual depois foi professor. Em seu livro *Seis Livros da República* (*Les Six Livres de la République*), de 1576, Bodin apresenta pioneirismo ao abordar de modo sistemático o problema da soberania.



Luís XIV.  
(Fonte: <http://2.bp.blogspot.com>).

Com a chegada de Luís XIV ao trono, a burguesia e a nobreza foram controladas, adequadamente submetidas a ele. Seus ministros atuavam como funcionários. Cuidadosos para manter seu poder, o rei e seus conselheiros demonstraram grande preocupação com a imagem real. O resultado desta preocupação foi um governo marcado por rituais solenes, por espetáculos e pelo exercício minucioso de produção da imagem do rei.

Em seus 72 anos de reinado, Luís teve a sorte de contar com artistas, escritores e compositores habilidosos a seu serviço. Procurando implementar uma imagem positiva sobre si e sobre os seus atos, o rei cercou-se das artes, utilizando-a como um instrumento legitimador, uma ferramenta política fundamental. Ao fazer isto, inaugurou uma tradição e virou modelo para outros monarcas.

Durante o governo de Luís, diversas produções apareceram para representá-lo. O rei viu-se envolvido em diversos rituais, por balés, óperas nas quais ele poderia representar o próprio Apolo, peças teatrais, entradas triunfais (a *Entrée triomphante*) em Paris após suas vitórias. Sua efígie aparecia em moedas comemorativas, estátuas equestres foram erguidas em sua homenagem. Inúmeros retratos foram pintados do rei. Graças a isto, podemos acompanhar toda a sua vida, pois há retratos de Luís bebê, garoto, adolescente, homem feito e idoso. Até o momento da sua morte foi representado. Luís XIV foi pintado como Apolo, Carlos Magno, Alexandre.

Muitas vezes, os retratos representavam o rei em solenidades oficiais. Dar as costas a uma imagem de Luís, a depender da situação, poderia ser uma ofensa tão grave quanto fazer o mesmo ao próprio rei.

A grandeza do rei foi oficialmente estabelecida em 1671. Neste ano, o adjetivo “grande” passou a ser utilizado e escrito, em letras maiúsculas, complementando o nome do soberano: LOUIS LE GRAND. Por sua vez, a grandiosidade e o fausto da sua corte foram materializados na construção do suntuoso Palácio de Versailles: 700 quartos, 67 escadas, 2153 janelas, 1250 lareiras, 700 hectares de parque, 51210 metros quadrados de área construída. Por estas dimensões espantosas, Versailles representou também alto custo de manutenção, comprometendo seriamente o orçamento francês.

Os números tendem a impressionar quando se trata de Luís XIV. O mesmo se dá com seu poderio militar. Luís montou um exército poderoso e temido na Europa. O mais forte do Continente, com aproximadamente 170 mil homens. Com esta força, o monarca francês invadiu e participou pessoalmente da Guerra da Devolução, nos Países Baixos, entre 1667 e 1668, venceu a Guerra da Holanda (1672-1678), garantiu a coroa de seu neto Filipe V na Espanha, através da Guerra de Sucessão (1701-1714).

A manutenção de um braço militar era possível porque nos negócios Luís também mostrou desenvoltura. Seu funcionário para as finanças foi um certo burguês chamado **Jean-Baptiste Colbert** (1619-1683). Tendo exercido cargos como “controlador geral das Finanças” e depois “Secretário de Estado na Marinha e na Casa Real”, Colbert contribuiu para o governo de Luís XIV, ajudando-o a racionalizar e a uniformizar a legislação da época, além de contribuir para o povoamento do Canadá e fundar companhias de comércio. Incentivou as exportações, fomentou a produção de manufaturas, buscou o estabelecimento de uma balança comercial favorável, promoveu um rígido protecionismo econômico.

As medidas de Colbert exemplificam os traços fundamentais do mercantilismo. Na França a intromissão do Estado foi maior do que na Inglaterra e isto teve efeitos no desenvolvimento tardio do capitalismo naquele país. De modo panorâmico, entre as principais características mercantilistas destacamos:

1. Protecionismo alfandegário às manufaturas existentes e incentivo às novas;
2. Esforço para desenvolver a marinha mercante, as instalações portuárias e constituir grandes companhias de navegação;
3. Proteção da moeda e dos estoques de metais preciosos;
4. Rigoroso controle de qualidade de produção;
5. Impulso do comércio exterior e balança comercial favorável.



**Jean-Baptiste Colbert**

Filho de um comerciante, nascido em Reims, galgou vários postos no governo de Luís XIV. A indicação ao rei foi feita pelo poderoso Cardeal Mazarino (1602-1661), no ano de sua morte. Mazarino havia contratado Colbert para cuidar das suas finanças e a satisfação do Cardeal lhe valeu o posto de Ministro de Estado. Contribuiu para a ruína de Nicolas Fouquet (1615-1680). Sua influência na economia francesa é tão significativa que o mercantilismo dos tempos de Luís XIV é chamado de Colbertismo.

### CONCLUSÃO

Porém, as diversas guerras empreendidas pela França e o estilo de vida nada discreto de sua corte acabaram exaurindo as finanças do país e comprometendo a economia nacional. Estes problemas são os primeiros indícios das dificuldades que, acentuadas, abrirão as marés de críticas ao Absolutismo na França e culminarão na queda do regime, em 1789, durante a Revolução Francesa.



### RESUMO

O Absolutismo nasceu no século XVI como uma resposta política ao contexto de crises vivenciadas pela Europa. A doutrina que justificava o regime, porém, só foi sistematizada na primeira metade do século XVIII. Em tese, o absolutismo defende o “poder absoluto” ou a “soberania absoluta” do Estado. O regime revela uma complexa relação entre o rei, a burguesia e a nobreza. No que se refere ao seu aspecto econômico, o Absolutismo funcionou baseado em um conjunto de práticas econômicas chamadas de mercantilismo. Entre os principais teóricos absolutistas podemos indicar: Jean Bodin, Jacques Bossuet e Thomas Hobbes. O melhor exemplo que se pode apontar de um soberano que aplicou os princípios do Absolutismo é Luís XIV, monarca da França que ficou conhecido como o “Rei Sol”. O ministro das finanças de Luís, Jean-Baptiste Colbert, fomentou a implementação de práticas mercantilista.



### ATIVIDADES

1. Nesta aula, falamos de um sistema que ficou conhecido por sua capacidade de centralizar o poder nas mãos do soberano e transformar a economia em um problema nacional. Sabendo disto, escolha um dos filmes indicados em nossa filmografia e elabore uma reflexão sobre como o Absolutismo é representado nele. Responda aos seguintes questionamentos: o filme se afasta do texto? Em quais aspectos? Por quais motivos o diretor optou por tal interpretação do Absolutismo? Qual o tempo narrado no filme escolhido, isto é, sobre que época ele fala? E qual o tempo da narrativa do filme escolhido, qual a época em que o filme foi produzido? Como o mundo estava neste período?



## COMENTÁRIOS SOBRE AS ATIVIDADES

Os filmes elencados na filmografia desta aula, qualquer um deles, abordam aspectos do absolutismo, mas com diferenças em seus enfoques. É importante respeitar a liberdade de criação do diretor, é preciso entender que o filme não precisa ser uma reprodução do nosso texto. Porém, é importante também refletir sobre as razões para as escolhas feitas pela narrativa fílmica. As comparações entre o tempo da narrativa e o tempo narrado podem ser bastante proveitosas, se feitas com atenção.

## AUTOAVALIAÇÃO

A atividade proposta sugere ao aluno exercitar a sua capacidade crítica. Apontamos a observação do filme em relação ao conteúdo da aula não para que ele procure “erros” na produção cinematográfica, mas para que a entenda como uma produção de nossos dias, como uma interpretação do passado, mas com os olhos e as pessoas do presente.



## FILMOGRAFIA INDICADA

KAPUR, Shekhar. *Elizabeth: a Era de Ouro*. Inglaterra, 2007. 114 min. Sinopse: Continuação da narrativa fílmica de 1997 de *Elizabeth*, de Shekhar Kapur. Apresentam-se os momentos que antecedem aos conflitos entre as forças britânicas e a Invencível Armada de Felipe II. Além disto, Elizabeth enfrenta um adversário inesperado: o amor. Observações: O filme mantém a qualidade fotográfica e os figurinos do primeiro filme. É adequado observar os enquadramentos diferenciados do filme. O diretor opta por filmar a rainha a partir de ângulos distanciados, explora cenários gigantescos e os coloca em contraste com as figuras humanas, que parecem diminutas em diversas cenas.



Capa do DVD do filme *Elizabeth: a Era de Ouro*.

(Fonte: <http://numberonestars.com>).



Capa do DVD do filme *O Homem da Máscara de Ferro*.

(Fonte: <http://www.projecao.net>).

WALLACE, Randall. *O Homem da Máscara de Ferro*. EUA, 1998. 132 min. Sinopse: Luís XIV, o jovem rei da França manda aprisionar o irmão gêmeo na Bastilha, objetivando que ele nunca mais seja reconhecido. A partir de uma reunião de antigos e célebres mosqueteiros, surge um plano para trocar os irmãos e trazer paz ao reino. Baseado em texto de Alexandre Dumas. Observações: O filme apresenta aspectos pertinentes com o Absolutismo. O filme aborda a intrigante história do “Homem da Máscara de Ferro”, um prisioneiro que, na França de Luís XIV, era obrigado a viver com a cabeça aprisionada em uma máscara de ferro. Por seus hábitos, todos os carcereiros e prisioneiros sabiam que se tratava de um homem educado. Possivelmente alguém da corte. Além disto, pode ser uma ferramenta para apresentar algumas das abordagens sobre o século XVIII e o Absolutismo.

## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1994.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Despotismo Esclarecido*. São Paulo: Ática, 1986.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- MARQUES, Adhemar Martins et alli. “O Estado absolutista na Europa moderna”. In: *História Moderna através de textos*. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003.p.54-66
- REZENDE, Cyro. *Sistema econômico comercial. História Econômica Geral*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.